

# EUA DITARAM MUDANÇAS

Cláudio Versiani 14-10-97

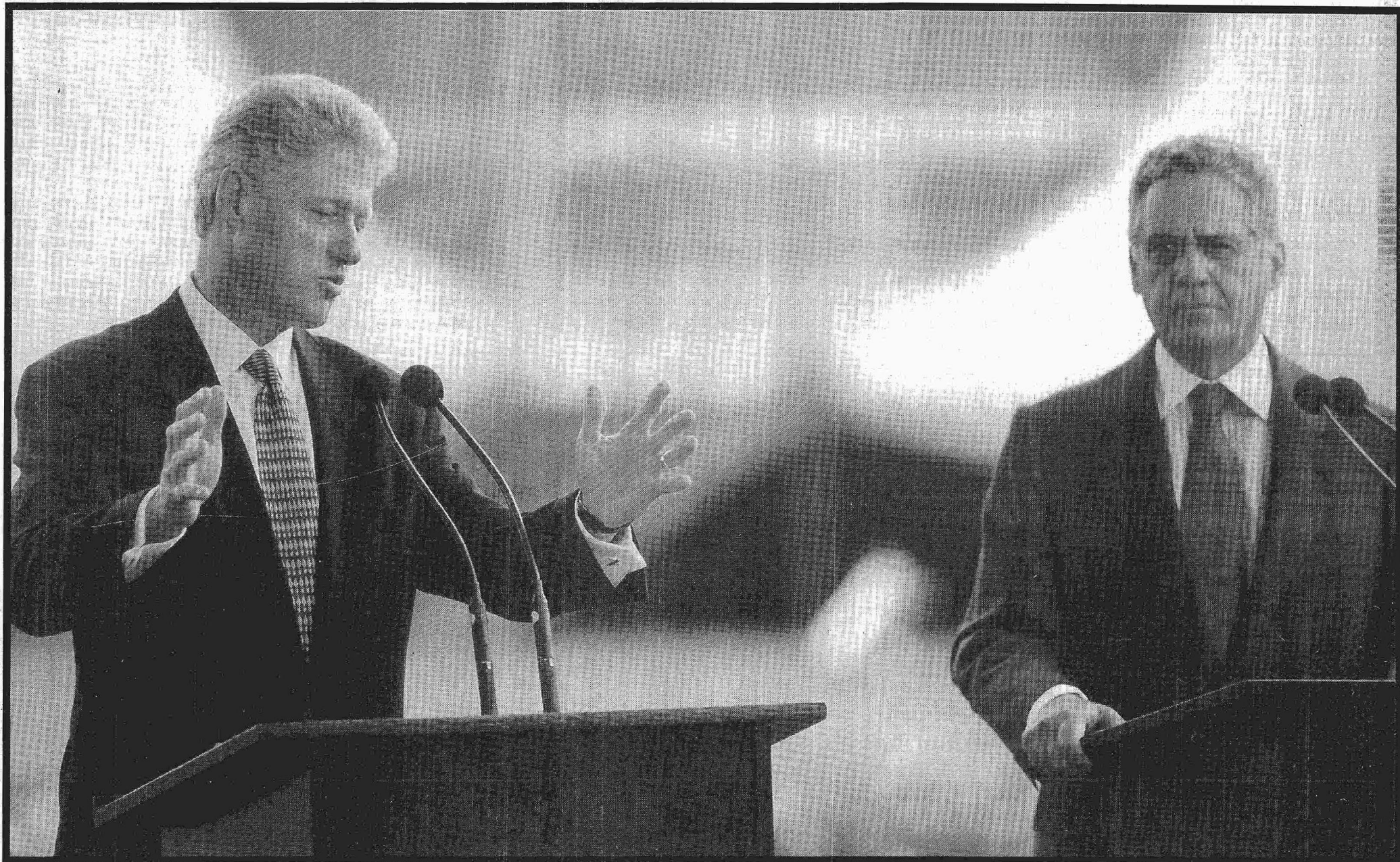
Os usuários da Internet que sofriam de insônia na madrugada de sexta-feira — preocupados, quem sabe, com suas dívidas e economias — já podiam se informar sobre as decisões que o presidente Fernando Henrique Cardoso explicaria ao país por volta das 17h. A liberação do câmbio e as altas das taxas de juros apareciam na versão eletrônica do jornal *The New York Times* como os conselhos da Casa Branca para frear a crise do Brasil, à disposição de qualquer brasileiro dono de um computador com acesso à Internet e algum domínio de inglês.

Na quarta-feira e quinta-feira, enquanto as bolsas caíam, os assessores de Clinton se penduraram ao telefone. Passaram o dia tentando evitar que as ações anunciadas pelo governo brasileiro despertassem pânico na América Latina. E que o pânico trouxesse a quebra de nações latino-americanas, principalmente, da Argentina e do México.

Em linha direta com Fernando Henrique desde a quarta-feira, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Robert E. Rubin, advogava, segundo a reportagem do *Times*, a liberação da banda cambial e, provavelmente, o aumento dos juros. Justamente a receita do Fundo Monetário Internacional (FMI). O presidente também manteve longas conversas telefônicas com o diretor-executivo do fundo, Stanley Fischer. Enquanto o subsecretário do Tesouro norte-americano, Larry Summers — a figura-chave do governo Clinton na elaboração de estratégias para conter a crise global — discutia com o ministro Pedro Malan as opções da equipe econômica do governo brasileiro.

Segundo publicou o jornal norte-americano, os assessores de Clinton e o FMI alertaram o presidente Fernando Henrique que seu governo não conseguiria segurar a desvalorização do real em 8,8%. Na realidade, fizeram bem mais do que um alerta: prescreveram sua receita para a economia do país. E, enquanto seu remédio ainda não era sorvido, tentaram controlar os efeitos colaterais do anúncio da desvalorização do real apenas dentro dos limites estipulados pelo Banco Central, anunciada na quarta-feira.

Engolir a receita internacional para a crise financeira — a liberação do câmbio —, de acordo com o texto publicado pelo *The New York Times*, deve ser especialmente amargo para a classe média. Apenas ontem, a moeda sofreu uma desvalorização de 11%. Desde terça-feira, a desvalo-



Os assessores de Bill Clinton defenderam, em longos telefonemas a Fernando Henrique Cardoso e Pedro Malan na quarta-feira e na quinta-feira, a imediata liberação do câmbio

rização foi de 21%. Ultrapassou os 20%, como previa a reportagem disponível na madrugada de ontem para os internautas notívagos no site do jornal novaiorquino, “desencadeando a inflação e diminuindo o padrão de vida dos brasileiros”.

A dúvida dos analistas ouvidos para a reportagem era, justamente, se Fernando Henrique correria o risco de abrir mão de seu legado, o fim da inflação, publicamente. O fez ontem, em cadeia nacional de rádio e TV. Mas, até a quinta-feira, homens do alto escalão do governo dos dois países, segundo a matéria do *Times*, não arriscavam prever qual seria decisão de Fernando Henrique.

“Não vamos caracterizar o conteúdo de nossas discussões com o Brasil”, disse o porta-voz de Rubin, Howard Schloss, ao repórter David Sanger, negando que tivessem delineado políticas detalha-

“O FMI NÃO PROPÔS SIMPLEMENTE DEIXAR A MOEDA ENTRAR EM QUEDA DESCONTROLADA. AO INVÉS DISSO, INSTIGOU OS BRASILEIROS A AUMENTAR OS JUROS, COMO INCENTIVO AOS INVESTIDORES PARA MANTER DINHEIRO NO PAÍS”

The New York Times

das para o Brasil.

Mas o presidente não tinha exatamente um leque de opções, apontou o texto publicado pelo prestigiado periódico nos Estados Unidos. Podia seguir a cartilha do FMI ou continuar esvaziando as reservas do país para combater a especulação, na

tentativa de ganhar tempo para convencer os investidores de seu poder político para aprovar as reformas. Não apostou nisso.

“O FMI não propôs simplesmente deixar a moeda entrar em queda descontrolada. Ao invés disso, instigou os brasileiros a temporariamente aumentar as taxas de juros, como um incentivo aos investidores para manter dinheiro no país”, lê-se no texto publicado ontem nos Estados Unidos.

As autoridades do fundo teriam dito ao governo brasileiro que essa foi a sida aplicada na Coreia do Sul no

ano passado.

As negociações que culminaram no empréstimo pós-reeleição começaram no início do segundo semestre de 1998. Com a moratória da Rússia, em 17 de agosto daquele ano, o Brasil sofreu com a perda diária de reservas, enquanto esperava socorro internacional para conter a especulação contra o real. Um mês depois, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, confirmou que estava sendo discutido com os governos dos países do G7 (grupo dos sete países mais ricos) e organismos internacionais um acordo de suporte financeiro para a América Latina.

O Brasil esperava se livrar da especulação uma vez que garantiu o empréstimo do FMI, explicitando o apoio do fundo monetário e dos EUA ao projeto de reformas do governo. Segundo o *The New York Times*, o governo norte-americano

apostou que o presidente tucano, reeleito, estaria fortalecido para aprovar as reformas. A mesma aposta que fez na capacidade de Boris Yeltsin, presidente da Rússia, de aprovar suas reformas econômicas naquele país. Fernando Henrique conseguiu mais que o presidente russo, mas não o suficiente.

“O acordo (com o FMI) não significa a salvação”, disse, em dezembro do ano passado, o senador Espiridião Amin (PPB-SC), protestando ao aprovar o empréstimo em uma votação simbólica na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal.

Nova votação simbólica no dia seguinte, 10 de dezembro, e o projeto foi aprovado em plenário. Com ele, a entrada de 41,5 bilhões de dólares, 5 bilhões deles dos Estados Unidos, no país. O país ainda tem US\$ 30 bilhões a receber do acordo.